

O fórum de pró-reitores de extensão e sua contribuição no debate sobre a extensão universitária

The extension chairmen forum and it's contribution in the debate of university's extension

Le forum de pro-recteurs d'extension et sa contribution au débat sur l'extension universitaire

Valéria Maria Rodrigues¹

Universidade Federal de Uberlândia

Resumo: O presente artigo analisa a contribuição do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (Forproex) no debate sobre a extensão universitária no contexto das políticas de educação superior no país ao longo dos anos 2000. Situa os principais temas debatidos no âmbito do Forproex e evidencia como as formulações e proposições deste Fórum se fizeram presentes nas políticas encaminhadas no campo da extensão universitária no período de 2003 a 2012.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Política Educacional. Educação Superior.

Abstract: This paper analysis the contribution that the Forum of Extension's Chairmen (Forproex) had in the debate concerning the university extension in the context of the higher education's public policies in the country through the years 2000. The paper locate the main themes debated in the scope of the Forproex and highlights how the formulations and propositions from this Forum made themselves present in the policies forwarded in the scope of the universities' extension in the period of 2003 to 2012.

Keywords: Universities' Extension. Educational Policies. Higher Education.

Résumé: Cet article analyse la contribution du Forum de Pro-recteurs d'Extension (Forproex) au débat sur l'extension universitaire dans le contexte des politiques d'éducation supérieure au Brésil, au cours des années 2000. Il situe les principaux thèmes débattus dans le cadre du Forproex pour mieux montrer combien les formulations et propositions de ce Forum se retrouvent dans les politiques mises en œuvre dans le champ de l'extension universitaire de 2003 à 2012.

Mots-clés: Extension Universitaire. Politiques D'éducation. Éducation Supérieure.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Possui pós-graduação em Política e Pesquisa em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Juiz de Fora, graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário do Triângulo. E-mail:valeriarodrigues.ufu@hotmail.com

Introdução

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas – Forproex, foi criado e implantado em 06 de novembro de 1987, durante o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, ocorrido na Universidade de Brasília – UnB, tendo como perspectiva a compreensão de extensão indicada anteriormente. Em reunião ocorrida em 26 de novembro de 2010, na Universidade Federal do ABC, no estado de São Paulo, o Fórum aprovou sua proposta de regimento, por meio do qual definiu, de modo mais preciso, sua estrutura e funcionamento.

Concebido como uma entidade voltada para a articulação de políticas de extensão, o Forproex foi formado pelos Pró-Reitores de Extensão das universidades públicas, ou órgãos equivalentes, e foi estruturado em torno de uma coordenação geral formada por um Presidente e seu vice e cinco coordenações regionais, correspondentes a cada região geográfica do país. No seu processo de organização, foram definidas, também, coordenações temáticas em torno de questões como cultura, comunicação, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, tecnologia e produção, trabalho, saúde.

Quanto aos seus objetivos, eles foram assim sintetizados em seu regimento:

Art. 3º São objetivos do Forproex:

- I. Propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das Pró-Reitorias de Extensão e órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras;
- II. Manter articulação permanente com representações dos Dirigentes de Instituições de Educação Superior, visando encaminhamento das questões referentes às proposições do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras;
- III. Manter articulação permanente com os demais Fóruns de Pró-Reitores, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem a real integração da prática acadêmica;
- IV. Manter articulação permanente com instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos, com vistas à constante ampliação da inserção social das Universidades Públicas;
- V. Incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pelas Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras. (FORPROEX, 2010).

Uma das iniciativas do Forproex foi a criação da Rede Nacional de Extensão – Renex. Por meio da Renex, o Fórum pretendia manter cadastro atualizado das instituições integrantes, divulgar ações de extensão entre as universidades participantes e coordenar um Sistema Nacional de Informações de Extensão – SIEEX, como banco de dados sobre as práticas de extensão no País.

A partir de 1996, esse Fórum seguiu em busca de interlocução com os diferentes ministérios e passou a produzir documentos de referência para consolidação do processo de institucionalização da Extensão, parcialmente apoiada pelo MEC, tendo como marco o lançamento da proposta do Plano Nacional de Extensão – PNExt, formulada pelo Forproex e concebida na perspectiva do fortalecimento da extensão universitária. Nessa proposta do Forproex, estavam definidas as diretrizes para a Extensão universitária que visavam, por meio de atividades extensionistas, possibilitar a efetivação de políticas públicas e o exercício da cidadania a partir da sua implementação.

A proposta atualizada do Forproex para o Plano Nacional de Extensão, formulada nos anos de 2000-2001, definia as diretrizes para a extensão universitária em torno de quatro eixos:

- **Impacto e transformação:** estabelecimento de uma relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Essa diretriz consolida a orientação para cada ação da Extensão universitária: frente à complexidade e a diversidade da realidade, é necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social. Definida a questão, é preciso estudá-la em todos seus detalhes, formular soluções, declarar o compromisso pessoal e institucional pela mudança, e atuar.
- **Interação dialógica:** desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica – que ainda marca uma concepção ultrapassada de extensão: estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade – para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão.
- **Interdisciplinaridade:** caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estruture o trabalho dos atores do processo social e que conduza à interinstitucionalidade, construída na interação e inter-relação de organizações, profissionais e pessoas.
- **Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão:** reafirmando a extensão como processo acadêmico – justificando-lhe o adjetivo “universitária” –, em que toda ação de extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de sua formação cidadã – reconhecer-se agente da garantia de direitos e deveres, assumindo uma visão transformadora e um compromisso. (PNExt., 2000/2001, p. 18-19).

Na aplicação dessa última diretriz, abria-se um capítulo especial, o da possibilidade e concretização da participação da extensão universitária na flexibilização da formação discente, contribuindo para a implementação das diretrizes curriculares nacionais, com reconhecimento de ações de extensão no processo curricular, com atribuição de créditos. O conceito dessa indissociabilidade estava posto da seguinte forma:

A extensão entendida como prática acadêmica que interliga a universidade, nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilita essa formação do profissional cidadão e se credencia cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes. (PNExt, 2000/2001, p. 8).

Em síntese, na perspectiva delineada no âmbito do Forproex, as ações de extensão desenvolvidas pelas instituições de educação superior do país poderiam ser fortalecidas com um Plano Nacional de Extensão, permitindo a institucionalização das ações de extensão, desenvolvidas pelas instituições de ensino superior brasileiras, e também a ampliação do orçamento público destinado à extensão universitária.

As políticas de extensão no período 2003-2012

A partir de 2003, com a eleição de Lula da Silva para Presidência da República, um novo cenário político se apresentava no Brasil, e, com ele, o debate teórico na área da educação superior e da extensão universitária. A partir dos governos Lula (2003-2006; 2007-2010), e em continuidade no governo Dilma (2011-2014), importantes políticas foram implementadas na educação superior, como o Prouni e o Reuni, destacados no capítulo anterior. Também ganhou forças a extensão, cujas ações foram intensificadas em decorrência de várias formulações e proposições do Forproex e de programas implementados a partir de políticas postas pelo governo federal. Adentremos a esse período.

Em 2003, o Ministério da Educação apoiou a adaptação e atualização do software Sistema de Informação da Extensão - SIEX, desenvolvido no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, para ser utilizado pelas instituições públicas que compõem o Forproex. Dessa forma, começou a ser estruturado um sistema de registro de atividades de extensão no Brasil, que, no âmbito do Forproex, foi denominado SIEXBRASIL². Esta, inclusive, era uma demanda que se colocava já nas discussões da elaboração da proposta do Plano Nacional de Extensão no final dos anos de 1990.

² A Universidade Federal de Minas Gerais, desde 1993, desenvolveu e vinha utilizando um SIEX – Sistema de Informação de Extensão. Foi inspirado nessa experiência da UFMG que, no âmbito do Forproex, se implementou o SIEXBRASIL.

Por certo, este foi um sistema pioneiro no campo da extensão universitária. Seu lançamento apontava para a possibilidade de se alcançar maior integração das ações de extensão no país, na medida em que se delineava um sistema de informação virtual com perspectiva de se padronizar, nacionalmente, a terminologia aplicada no registro de ações de extensão, o que poderia culminar na criação de um cadastro único da extensão universitária no Brasil. A característica principal desse sistema foi a possibilidade de registro e consulta sobre programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, publicações e outros produtos acadêmicos, promovidos pelas universidades públicas do país.

A partir de 2006, orientado pela experiência em torno do SIEXBRASIL, o Forproex propôs modificações nesse sistema com vistas a, por um lado, desenvolver estratégias de gestão na área da extensão universitária que atendessem às necessidades das instituições, de forma flexível e adaptável, permitindo sua adequação às realidades locais, e, por outro lado, em consonância com esse objetivo, tornar esse sistema um *software livre*, para que todas as instituições pudessem desenvolver as funcionalidades que se mostrassem pertinentes a elas.

Nesse sentido, um dos esforços empreendidos pelo Forproex residiu na interlocução com o Ministério da Educação, por meio da SESu, de modo que as modificações no SIEXBRASIL viessem a ser assumidas pelo MEC. Isso porque, com essa condução, seria possível construir um sistema de gestão de extensão universitária, não apenas no âmbito de cada instituição, mas um sistema de caráter nacional, que possibilitaria visualizar e acompanhar ações de avaliação, monitoramento das unidades envolvidas e geração de relatórios das ações realizadas e de indicadores de avaliação. Em 2009, o Ministério da Educação apresentou o Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj), originário do SIEXBRASIL.

Assim como o sistema anterior, o SIGProj se constituiu em um banco de dados, porém esse novo sistema foi aberto para poder ser utilizado por toda comunidade acadêmica – docentes, discentes, técnicos. Outra característica da mencionada inovação foi a de que seu desenvolvimento apontou para outras áreas da vida institucional, além da extensão universitária, abrangendo também as áreas do ensino e da pesquisa.

A elaboração dessa base de dados ocorreu sob a responsabilidade técnica da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), sob a coordenação do MEC. Sustentou-se em *software livre* e, desse modo, utilizando somente tecnologias que não exigem licenças específicas. A continuidade em seu desenvolvimento conta com a participação de pesquisadores e discentes das universidades brasileiras por meio da constituição de uma *rede virtual* denominada de “comunidade SIGProj”.

Segundo o MEC, todo esse trabalho em torno do SIGProj tem como objetivo criar ferramentas de gestão por meio das quais seja possível incrementar os processos de planejamento, avaliação e divulgação das diferentes ações de extensão, com a perspectiva de que esse mesmo sistema venha a atender também as áreas do ensino e da pesquisa. Ainda de acordo com o MEC,

uma ferramenta dessa natureza poderá vir a contribuir na divulgação e democratização de dados e informações da vida acadêmica, tanto no âmbito de cada instituição quanto no âmbito da comunidade externa a tais instituições.

Como se observa, o debate nacional no campo da gestão da extensão produziu ferramentas dessa natureza, como o SIGProj, por parte do MEC em articulação com a UFMS, e o SIEXBRASIL, a partir da experiência da UFMG. Por outro lado, o Forproex apontava, em suas discussões, outros elementos que deveriam ser assegurados e considerados com vistas a esta crescente institucionalização.

O primeiro registro do Forproex a respeito do tema pode ser encontrado já no documento final de seu I Encontro Nacional realizado em 1987 em Brasília. Neste Encontro, o Fórum recém-constituído destacava que:

A institucionalização da prática extensionista, na medida em que reduz a distância que atualmente separa a atividade acadêmica dos interesses concretos da população, deve ser visualizada como um instrumento básico da recuperação da função social da universidade e restauração de sua credibilidade. (FORPROEX, 1987).

Na sequência do documento em tela, o Forproex já destacava algumas *medidas e procedimentos* para essa institucionalização, os quais foram assim agrupados: medidas e procedimentos de ordem metodológica, medidas referentes à estrutura universitária e medidas para valorização da extensão regional e nacional. (FORPROEX, 1987).

Para cada um desses grupos de medidas, nesse mesmo Encontro, o Fórum levantou um conjunto de ações que poderiam ser adotadas. Nas medidas de ordem metodológica, foram apresentadas as seguintes sugestões:

1. As Instituições de Ensino Superior Públicas (IESP), orientarão sua política de extensão objetivando prioritariamente a transformação social que implique na melhoria das condições de vida da maioria da população.
 2. Serão consideradas atividades de extensão, exclusivamente aquelas referenciadas nas diretrizes conceituais deste documento.
 3. Os estágios curriculares e extracurriculares estarão inseridos na política extensionista definida pela Universidade.
 4. Será garantida a participação das comunidades envolvidas no trabalho, na elaboração, execução e avaliação dos projetos de extensão das Universidades.
 5. Serão fomentadas ações que propiciem a sensibilização da comunidade acadêmica às atividades de interesse social.
 6. A divulgação dos trabalhos de extensão será estimulada através de publicações e outros meios de comunicação.
- Recomenda-se que as universidades desenvolvam mecanismos de avaliação permanente da pesquisa e do ensino, do ponto de vista de suas importâncias para a sociedade. (FORPROEX, 1987).

Em relação à estrutura universitária, foram indicadas outras 11 medidas:

1. O órgão de extensão em cada IESP deverá se ater exclusivamente a este tipo de atividade, ocupando na estrutura organizacional, o mesmo nível dos órgãos de ensino e pesquisa. A este órgão deverá competir: propor normas e políticas aos conselhos competentes a partir da ampla discussão com a comunidade acadêmica; e fomentar, acompanhar, avaliar, articular e divulgar os trabalhos de extensão em cada IESR.
2. A política de extensão deve ser gerenciada de forma colegiada pelos responsáveis.
3. Caberá aos departamentos acadêmicos a promoção e a execução das atividades de extensão, de forma articulada às de ensino e pesquisa.
4. A extensão deverá ter representação específica nos órgãos colegiados superiores de cada IESP já responsáveis pelas atividades afins.
5. As atividades de extensão deverão ser computadas na carga horária semanal mínima do departamento, bem como constar do plano individual de trabalho dos professores.
6. O trabalho de extensão também será computado para concessão do regime de D.E, de acordo com os planos aprovados por cada departamento.
7. Deve ser observado o grau de envolvimento de cada departamento em atividades de extensão, para fins de atendimento às solicitações de contratação de pessoal.
8. Também deve ser considerada, para efeito da contagem de pontos, a experiência extensionista dos candidatos aos concursos públicos nas IESR.
9. Nas avaliações para a progressão dos docentes, deve-se considerar o seu envolvimento nas atividades de extensão para efeito de pontuação.
10. Deve-se definir mecanismos que incentivem e garantam a participação dos discentes no planejamento e execução das atividades de extensão.
11. Deve-se ser assegurada a participação de representantes de organizações populares nos conselhos decisórios da universidade. (FORPROEX, 1987).

Já no que se refere à valorização da extensão, foram destacadas apenas 3 propostas:

1. Na estrutura organizacional do MEC, deverá existir um órgão de caráter representativo, responsável pela extensão.
2. Deve-se buscar uma participação formal de representação da área de extensão junto ao CRUB.
3. Criação e fortalecimento dos Fóruns Regionais e Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas. (FORPROEX, 1987).

No V Encontro Nacional, em 1991, esse tema foi retomado e dele resultaram as seguintes recomendações:

1. A Institucionalização deve resguardar a competência dos departamentos na elaboração de projetos, incentivar a interdisciplinaridade da ação extensionista e preservar as especificidades da atuação de cada universidade;
2. a extensão deve possuir o mesmo nível hierárquico que o ensino e a pesquisa na estrutura administrativa universitária;
3. a definição de mecanismos de operacionalização do processo extensionista nas estruturas curriculares, a fim de que a participação dos discentes em projetos e atividades de extensão seja computada para integralização curricular.

4. as Pró-Reitorias de Extensão devem priorizar atividades que subsidiem ou promovam o desenvolvimento de ações subsidiem ou promovam o desenvolvimento de ações interdisciplinares (FORPROEX, 1991, p. 36).

O referido tema não foi objeto de discussão nos demais Encontros Nacionais do Fórum nos anos subsequentes³. Somente nos Encontros Nacionais do Forproex, de 2011 e 2012, essa questão foi novamente retomada.

Em seu XXX Encontro Nacional, em novembro de 2011, o Forproex recomendava:

Elaboração de uma minuta de regulamentação da Extensão como prática acadêmica que mobilize a comunidade universitária para pressionar o poder público e agendar tal demanda.

Organização e sistematização da discussão do modelo de expansão das IES necessariamente contemplando e comprometendo as ações de extensão no escopo dos Planos de Desenvolvimento Estratégicos. (FORPROEX, 2011, p. 3).

Por sua vez, na carta de Brasília, elaborada ao final do XXXII Encontro do Forproex, um ano depois, foram definidas as seguintes recomendações:

A necessidade de ampla discussão sobre a extensão e educação à distância com vistas a estabelecer marcos normativos para viabilizar a ação institucional da extensão universitária, em consonância com previsão específica de recursos pedagógicos e financeiros, para atender a expansão dessa modalidade.

Estabelecimento de critérios para que a extensão também possa ser contemplada na concorrência às Bolsas de Internacionalização oferecidas pelos órgãos governamentais. (FORPROEX, 2012, p. 2).

Mas, além dos registros encontrados nos documentos resultantes dos encontros nacionais, outra sistematização importante em torno do tema da institucionalização da extensão, dentro das formulações propostas pelo Forproex, foram encontradas no documento deste Fórum, que tem como título *Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão*. Nesse documento, um dos aspectos destacados referiu-se à necessidade de envolvimento dos órgãos colegiados nos assuntos da extensão universitária. O Forproex assim se posicionava:

A complexidade das estratégias cresce com as demais proposições, na medida em que se amplia o leque de atores envolvidos com sua formulação e implementação, como é o caso dos colegiados de cursos, das pró-reitorias de graduação, pós-graduação, etc. Idealmente, seria muito importante que este processo ocorresse, desde o seu início, envolvendo todos os setores acadêmicos e administrativos, uma vez que é exatamente esta prática articulada e orgânica

³ Foram analisados os documentos relativos aos Encontros: I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, XXIX, XXX, XXXI e XXXII. Quanto aos demais documentos dos outros Encontros ocorridos até o ano de 2012, estes não foram analisados devido à impossibilidade de acesso, uma vez que eles não se encontram disponíveis para consulta na página da Renex.

que se pressupõe quando se discute a implementação da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. Afinal, não se poderia pensar em ações de extensão sem o envolvimento dos colegiados dos cursos, pois as mesmas, necessariamente, envolvem estudantes na sua execução (FORPROEX, 2006, p. 69-70).

Além disso, o Forproex propunha, também:

1. As ações de extensão devem ser institucionalizadas, com aprovação nos órgãos acadêmicos e registro em sistema de informação aberto à comunidade.
2. A política de institucionalização deve estimular a sistematização de ações de extensão em programas, formato que induz práticas interdepartamentais, interdisciplinares e interinstitucionais; os focos temáticos devem representar linhas de extensão.
3. Os programas e os projetos a ele vinculados, devem ter formalizados, em seu corpo uma “proposta didático-pedagógica”.
4. Os programas e projetos de extensão podem ser formalizados como: disciplinas (obrigatórias, optativas ou eletivas) ou atividades complementares, previamente definidas, ou reconhecidas ao final do tempo de participação.
5. A avaliação das ações de extensão deve considerar as categorias e indicadores destacados no documento de Avaliação Nacional da Extensão Universitária, o conceito de extensão e suas diretrizes como critérios de aprovação, considerando a relevância acadêmica e social, a interdisciplinaridade e a relação dialógica com os setores sociais.
6. (Re)visitar, na ótica da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, experiências como integração docente-assistencial, internato rural, vivências complementares, estágios, estágios de campo, atividade acadêmica a distância, etc.
7. As ações de extensão devem dotar como referência os projetos político-pedagógicos dos cursos da instituição. [...]
8. Concretizar uma maior articulação entre os fóruns de pró-reitores das universidades públicas.
9. Concretizar uma maior articulação entre os Fóruns, a ABRUEM, a ANDIFES e a SESU/MEC, e demais Secretarias. (FORPROEX, 2006. p. 71-77).

A mobilização do Forproex, na direção da institucionalização da extensão universitária, teve um marco importante, dentro das políticas educacionais, quando da proposta do Plano Nacional de Educação de 2001 - questão que é contemplada na seguinte meta relativa à educação superior:

Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas. (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2000/2001).

Com efeito, a incorporação dessa meta no PNE deve ser apreendida como uma importante contribuição do Forproex no debate acerca da institucionalização da extensão. Isso porque

ela trouxe, ainda, um aspecto que diz respeito à organização curricular dos cursos de graduação no país.

Ao lado, e como um dos esteios do debate sobre esta institucionalização no âmbito do Forproex, estava posto, também, o tema da flexibilização curricular. Vejamos como o Fórum formulava estas questões. Retomando as *medidas e os procedimentos* indicados pelo Fórum, em seu I Encontro, percebe-se lá a sinalização para a necessidade dos estágios estarem inseridos na política de extensão de cada instituição e a reafirmação de que as atividades de extensão deveriam se articular às de ensino e pesquisa. Porém, no II Encontro Nacional do Forproex, realizado em 1988, o tema da integração da extensão com a pesquisa e o ensino foi recobrado, mas com um maior aprofundamento, nos seguintes termos:

Uma condição essencial identificada para se viabilizar a extensão como prática acadêmica é a de que, no âmbito de cada universidade, fosse discutida sua proposta de ação global, definindo suas linhas de ensino e pesquisa, em função das exigências da realidade. Tal discussão teria a participação de todas as Pró-Reitorias e órgãos similares, departamentos, unidades, cursos, professores, alunos e população. Uma outra medida fundamental seria a revisão do próprio modelo estrutural da universidade. Estas medidas, de caráter mais amplo e global, teriam como uma das decorrências o reconhecimento curricular programático-administrativo das atividades de docentes e alunos, numa expressão orgânica de ensino e pesquisa articulada pela extensão. Neste contexto, o próprio estágio curricular não significaria um momento único de expressão da relação dialética teoria-prática, sendo que esta seria um componente a permear a concepção e o funcionamento dos cursos e da universidade enquanto um todo. (FORPROEX, 1988, p.4).

No III Encontro Nacional, a discussão da extensão e sua interface com a organização curricular na universidade foi novamente retomada ao se discutir o princípio da interdisciplinaridade.

A extensão é um dos espaços estratégicos para promoção de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, integrando grupos de áreas distintas do conhecimento, contribuindo à modificação progressiva da forma de fazer ciência e da transmissão desse tipo de saber e revertendo a tendência historicamente dominante de compartimentação do conhecimento da realidade.

De acordo com estas considerações recomenda-se a continuidade dos estudos e debates nas universidades públicas acerca da questão Estudos e debates nas universidades públicas acerca da questão da interdisciplinaridade, objetivando:

- maior institucionalização da interdisciplinaridade, e, como decorrência da ação, operacionalizar condições mais favoráveis a prática da extensão;
- integração do trabalho das Pró-Reitorias ou similares, de forma a obter uma atuação consistente em relação a um projeto acadêmico integrado;
- modernização administrativa coerente com as necessidades de atuação interdisciplinar, dentro da extensão, de forma a permitir avanço e inovação;
- criação de espaços nos diversos cursos regulares para atividades interdisciplinares. (FORPROEX, 1999, p.25-26).

Outrossim, no documento já citado, *Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão*, a perspectiva da flexibilização curricular recebeu um tratamento teórico no sentido de pensá-la em articulação com o desenvolvimento conceitual e metodológico da extensão e a organização curricular na universidade, sustentada em uma nova compreensão de currículo.

Sobre a ideia da flexibilização curricular e suas implicações no currículo, o Fórum apresentava a seguinte formulação no início deste documento:

- Os princípios da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e os princípios da autonomia universitária (didático-científicas, administrativas e de gestão financeiro-patrimonial) estabelecidos na Constituição Federal de 1998;
- A análise sobre a dimensão que assume uma nova concepção de Currículo, pressupondo a utilização de uma dinâmica flexível, na qual a interdisciplinariedade e a participação do estudante são fundamentais para a construção da formação crítica e investigativa, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população brasileira e para a conquista da cidadania plena (Art. 53 / LDB – 1996);
- A importância da flexibilização para uma nova estruturação curricular, menos rígida e mais adequada às necessidades de formação de profissionais-cidadãos;
- Uma nova estrutura curricular que abandone as práticas vigentes de caráter instrucionista, o número excessivo de créditos e de disciplinas encadeadas. (FORPROEX, 2006 p. 15/16).

Ainda sobre o conceito de flexibilização curricular, o Fórum assim se posicionava:

Vale ressaltar que a Flexibilização Curricular traz, também, a ideia da liberdade, dando autonomia ao estudante para construir seu caminho, seu currículo, sua identidade. É necessário o entendimento de que tudo o que se faz ou se vivencia em uma instituição de ensino superior é Currículo. Sendo assim, não é algo que possa ser entendido como definitivo, mas como um projeto que se forja no cotidiano, construído reciprocamente pelo professor e pelos estudantes (FORPROEX, 2006, p. 45).

Dentro desta perspectiva, o conceito de currículo foi redimensionado numa concepção mais ampla:

Nesse sentido, o Currículo passa a ser concebido como um processo não-linear e rotineiro, onde as disciplinas deixam de ser verdades acabadas a serem repassadas e transmitidas, Torna-se um espaço de produção coletiva e de ação crítica, Os conteúdos das disciplinas não são mais a “essência” de um curso, tornando-se referências para novas buscas, novas descobertas, novos questionamentos, oferecendo aos estudantes um sólido e crítico processo de formação. Quando a Universidade utiliza tais possibilidades, efetiva-se a Flexibilização Curricular, na perspectiva de um currículo que rompe com

a predominância de disciplinas, tendo a transdisciplinaridade como eixo de referência. (FORPROEX, 2006, p.46).

O Fórum concluiu, avaliando as possibilidades que a ideia de flexibilização curricular e a ampliação do conceito de currículo podem trazer para a dinâmica da instituição no processo de organização dos projetos pedagógicos de cada curso, que:

A Flexibilização busca, portanto, substituir a lógica tradicional de organização dos currículos, viabilizando um novo desenho curricular decorrente e balizado por um projeto político-pedagógico cujo compromisso, no âmbito da Universidade, é ser discutido e construído intensa e coletivamente. A Universidade e, conseqüentemente, o Currículo dos seus Cursos transformam-se em espaços privilegiados para a reflexão, o debate e a crítica, resgatando seu compromisso com a cidadania plena (FORPROEX, 2006, p. 47-48).

No documento final do XXIX Encontro Nacional do Forproex, realizado entre 15 e 18 de maio de 2011, esse tema foi novamente destacado nos seguintes termos: “A incorporação curricular definitiva das ações de extensão, reconhecendo seu potencial formativo inserindo-as de modo qualificado no projeto pedagógico dos cursos.” (FORPROEX, 2011, p. 2).

Essa formulação é reiterada no documento final do XXXI Encontro Nacional do mesmo Fórum, realizado em 2012 na cidade de Manaus. Nesse mesmo encontro, o Forproex atualizou e sistematizou uma nova proposta de Política Nacional de Extensão, em que recuperava suas formulações anteriores e, no que se refere à normatização e implementação da extensão universitária, destacava como aspectos a serem priorizados:

- processo de aprovação das ações de extensão;
- processos de monitoramento e avaliação da extensão, inclusive com definição de indicadores;
- formas de financiamento da Extensão Universitária;
- programas de bolsa de extensão para estudantes;
- formas de participação do estudante nas ações de extensão;
- **flexibilização curricular;**
- **integralização curricular de créditos em atividades extensionistas;**
- valorização da participação do docente nas ações extensionistas;
- formas de participação de servidores técnicos administrativos nas ações extensionistas;
- formas de participação da comunidade externa em processos decisórios relacionados com atividades extensionistas específicas. (FORPROEX, 2012, p. 24, grifos nossos).

Com efeito, o debate em torno da institucionalização da extensão universitária, no contexto da flexibilização curricular, estava posto já na proposta de Plano Nacional de Extensão (PNEExt), formulada pelo Forproex, em 1999, que tinha como uma das diretrizes para

organização da extensão a “institucionalização da participação da extensão no processo de integralização curricular, de até 2 anos.” (PNEExt, 1999-2001, p.4). No entanto, treze anos depois, este parece ser um desafio ainda a ser enfrentado no campo da extensão universitária.

Como se depreende, aqui, mais uma vez, o Forproex assume um lugar de vanguarda nesse debate, uma vez que, no âmbito desse Fórum, o tema da articulação entre extensão e currículo no ensino de graduação há muito vinha sendo debatido. Porém, a discussão sobre flexibilização curricular e suas formas de implementação, no processo de institucionalização da extensão, estão longe de terem consensos consolidados em torno delas. Há, ainda, muitas divergências e impasses e, até mesmo, resistências para sua efetivação no âmbito das instituições de ensino superior.

Um dos programas governamentais prioritários no primeiro mandato do governo de Lula da Silva (2003-2006) foi o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que continua em ação até os dias atuais, o qual se voltava para o enfrentamento da diminuição do analfabetismo no país entre as pessoas com mais de 15 anos, ou seja, aquelas que não conseguiram se alfabetizar dentro da idade escolar obrigatória. Os gráficos abaixo sintetizam indicadores relativos à taxa de analfabetismo no Brasil no período de 1996 a 2012:

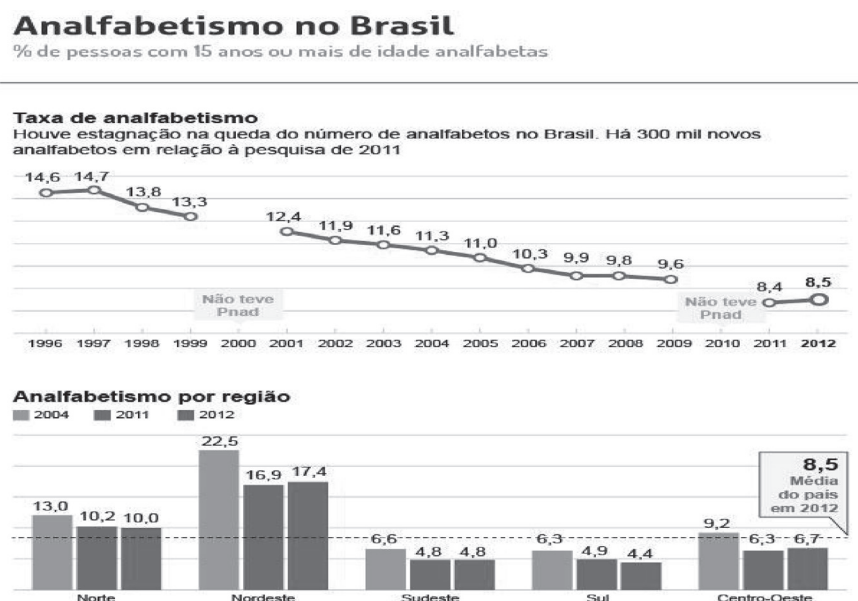


Gráfico 1: Analfabetismo no Brasil

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2011-2012

Segundo o MEC, a concepção desse programa, ao mesmo tempo em que se voltava para um grave problema no campo educacional brasileiro, o qual já havia sido tratado em outros governos por meio de outros programas⁴, agora pretendia articular o enfrentamento do

⁴ Na história da educação brasileira, no período pós-1964, além do Programa Brasil Alfabetizado, podem ser

analfabetismo a outras ações na perspectiva da construção da cidadania e da inclusão social.

Lançado no segundo semestre de 2003, o Programa Brasil Alfabetizado re-colocou a alfabetização de jovens e adultos como prioridade na agenda educacional do País. Ao tomar esta iniciativa, o governo federal chamou para si a responsabilidade política e constitucional de induzir, sustentar e coordenar um esforço nacional para a oferta de alfabetização de qualidade. Desta forma, o Programa Brasil Alfabetizado adotou uma concepção de política pública que reconhece e reafirma o dever do Estado de garantir a educação como direito de todos. Nesta perspectiva republicana e democrática, a alfabetização de jovens e adultos deixou de ser vista como uma ação periférica e compensatória, e passou a constituir-se um dos eixos estratégicos da política educacional do país, integrando-se a outras políticas públicas voltadas para a inclusão dos grupos sociais historicamente excluídos. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011, p. 6-7)

No delineamento e implementação do mencionado Programa, num primeiro momento, estava prevista a participação dos estados, Distrito Federal e municípios, ao lado de instituições de ensino superior, públicas e privadas, sem fins lucrativos; organizações não governamentais (ONG) e organizações da sociedade civil de interesse público – (OSCIP), que desenvolvessem e executassem projetos de alfabetização de jovens e adultos. Esses participantes poderiam receber assistência técnica e financeira do MEC, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para, entre outras despesas de custeio e manutenção, o pagamento de ajuda de custo dos alfabetizadores, a partir de valores definidos em resoluções do FNDE.

O Projeto Rondon, retomado em 2005, foi outra ação extensionista. Agora essa frente de trabalho estava sob a coordenação do Ministério da Defesa e trazia os seguintes objetivos orientadores, dispostos na sua página oficial na *Web*:

- contribuir para a formação do universitário como cidadão;
- integrar o universitário ao processo de desenvolvimento nacional, por meio de ações participativas sobre a realidade do País;
- consolidar, no universitário brasileiro, o sentido de responsabilidade social, coletiva, em prol da cidadania, do desenvolvimento e da defesa dos interesses nacionais;
- estimular, no universitário, a produção de projetos coletivos locais, em parceria com as comunidades assistidas. (PROJETO RONDON, 2014).

No âmbito dos registros oficiais, a matriz discursiva encontrada nessa nova fase do Projeto Rondon afirma que esta iniciativa governamental estaria estruturada na direção de se romper com a perspectiva predominante da prestação de serviços e do assistencialismo. Nesse sentido, segundo seu site oficial:

localizados os seguintes programas com vistas à erradicação do analfabetismo: Mobral (1967-1985); Fundação Educar (1985-1990); e Alfabetização Solidária (1995-2003).

Hoje, o Projeto encontra-se em processo de consolidação, com uma procura cada vez maior pelas universidades e pelos universitários. O Rondon é mais que um projeto educacional e social, é uma poderosa ferramenta de transformação social, na medida em que conscientiza jovens que terão nas mãos o destino deste país e da importância do seu papel de protagonista na busca de uma sociedade mais justa. (PROJETO RONDON, 2014)

A participação das instituições de ensino superior nas operações, dentro do Projeto Rondon, se dá por meio da apresentação de propostas de trabalho em resposta aos convites divulgados pelo Ministério da Defesa, por meio de sua página eletrônica, que se dividem em dois grandes conjuntos de ações: conjunto A e conjunto B.

No conjunto A, as ações contempladas se referem às seguintes áreas: Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação e Saúde; e, no conjunto B, as áreas consideradas são: Comunicação, Tecnologia e Produção, Meio Ambiente e Trabalho.

Ainda de acordo com a página oficial do Projeto Rondon, nessa nova etapa, as ações do Projeto alcançaram, até o ano de 2013, por meio de 137 ações, 272 instituições, 778 municípios e 17.300 rondonistas, como são chamados os alunos que participam dessas ações.

Ainda no contexto das políticas educacionais articuladas à extensão universitária, merece destaque a publicação da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, e o Decreto 7.416, de 30 de dezembro de 2010.

Na Lei nº 12.155 de 2009, o seu art. 9º dispôs que

Art. 9º Fica o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE autorizado a conceder bolsas para alunos e professores vinculados a projetos e programas de ensino e extensão voltados a populações indígenas, quilombolas e do campo. (BRASIL, 2009).

Já o art. 10 e o art. 12 assim instituíram:

Art. 10. Ficam as instituições federais de educação superior, autorizadas a conceder bolsas a estudantes matriculados em cursos de graduação, para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão, que visem: (Regulamento)

I - à promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica; e

II - ao desenvolvimento de atividades de extensão universitária destinadas a ampliar a interação das instituições federais de educação superior com a sociedade.

Art. 12. As bolsas previstas nos arts. 10 e 11 adotarão como referência os valores das bolsas correspondentes pagas pelas agências oficiais de fomento à pesquisa, bem como as condições fixadas em regulamento do Poder Executivo, que disporá, no mínimo, sobre: (Regulamento)

I - os direitos e obrigações dos beneficiários das bolsas;

II - as normas para renovação e cancelamento dos benefícios;

III - a periodicidade mensal para recebimento das bolsas;

- IV - as condições de aprovação e acompanhamento das atividades, programas e projetos no âmbito das instituições de educação superior ou pesquisa;
- V - a avaliação das instituições educacionais responsáveis pelos cursos;
- VI - a avaliação dos bolsistas; e
- VII - a avaliação dos cursos e tutorias. (BRASIL, 2009).

Nesses artigos ficaram assim autorizadas, as instituições federais de educação superior, a conceder bolsas de extensão a estudantes matriculados em cursos de graduação. Além disso, ficaram definidos os valores referência das bolsas de extensão em correspondência às pagas pelas agências oficiais de fomento à pesquisa e procedimentos normativos de acompanhamento.

Importante analisar aqui que, conforme proposta do Plano Nacional de Extensão, elaborado pelo Forproex ainda no ano 1999, foram destacados alguns dos aspectos norteadores da extensão universitária. São eles: a relação universidade e sociedade, remetendo-nos ao princípio da interação dialógica; a equiparação de valores referenciais das bolsas de extensão com as de pesquisa, remetendo-nos à valorização da extensão em consonância com o ensino e a pesquisa, reforçando o princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.

Quanto ao Decreto 7.416, de 30/12/2010, que regulamenta a concessão de bolsas para o desenvolvimento, tanto de atividades de permanência quanto das atividades de extensão, o seu art. 1º foi descrito da seguinte forma:

- Art. 1º A concessão das bolsas previstas nos arts. 10 e 12 da Lei no 12.155, de 23 de dezembro de 2009, por instituições federais de educação superior a estudantes de cursos de graduação para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária, será promovida nas modalidades de:
- I - bolsas de permanência, para a promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica; e
 - II - bolsas de extensão, para o desenvolvimento de atividades de extensão universitária destinadas a ampliar e fortalecer a interação das instituições com a sociedade.** (BRASIL, 2010, grifos nossos).

Como podemos perceber, este artigo reforçou o já ditado na Lei 12.155/2009, fazendo uma menção quanto ao esclarecimento dos tipos de modalidades que podem receber a concessão de bolsas, e ainda destacou a preocupação com a relação universidade-sociedade.

Já no art. 6º, em seu parágrafo único, do Decreto 7.416, de 30 de dezembro de 2010, ficou definido que,

- Art. 6º A concessão das bolsas de extensão referidas no art. 1º, inciso II, observará disciplina própria da instituição, aprovada pelo órgão colegiado competente para a extensão e por seu órgão colegiado superior, para fomentar a extensão, em articulação com o ensino e a pesquisa, visando a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade, por meio de processo interdisciplinar educativo, cultural e científico.
- Parágrafo único. As atividades de extensão devem, preferencialmente, estar inseridas em programas e projetos estruturados, com base em linhas de

trabalho acadêmico definidas e que integrem áreas temáticas estabelecidas pela instituição, garantindo a continuidade das atividades no tempo e no território, sempre com a participação de estudantes, articulando-se com as práticas acadêmicas de ensino e pesquisa. (BRASIL, 2010).

Observamos, na citação acima, a premissa da concessão dessa modalidade de bolsa (extensão) submetida às normativas internas aos órgãos pertinentes à extensão, de cada instituição de ensino superior. Se reforçou o princípio da indissociabilidade, já dito na Lei 12.155, e ainda destacou outros: o do impacto social e o da interdisciplinaridade, também elencados na proposta de Plano Nacional de Extensão, desde o ano de 1999.

Considerações finais

O presente estudo possibilitou delinear os caminhos das políticas de extensão universitária no Brasil no período de 2003 a 2012 e esclarecer de que modos, na formulação dessas políticas, muitos elementos e propostas do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (Forproex) foram se fazendo presentes. Como efeito, o Forproex se constitui em um espaço em permanente construção e tem se firmado no meio acadêmico, assim como na esfera da administração federal e frente a entidades públicas e privadas, como um importante interlocutor no debate sobre a extensão universitária no país.

Das formulações sistematizadas pelo Fórum, especialmente no âmbito da proposta de um Plano Nacional de Extensão (PNEExt), algumas foram incorporadas nas políticas de extensão encaminhadas na última década.

De um lado, tem-se a crescente preocupação com o desenvolvimento e a implantação de um sistema de gestão da extensão, para o registro, de forma padronizada, quanto à denominação e classificação, de todas as ações dessa natureza. Essa preocupação contribuiu para que algumas instituições desencadeassem os primeiros esforços no sentido do desenvolvimento de sistemas de informação sobre a extensão no âmbito nas universidades públicas.

De outro, o Forproex tem contribuído para a sistematização de diretrizes e propostas com vistas à institucionalização da extensão universitária, tanto no âmbito das políticas de educação superior quanto no âmbito das instituições de ensino superior. Nesse sentido, destacam-se as formulações em torno da afirmação do princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão; as propostas de flexibilização curricular com vistas à incorporação da extensão universitária no desenvolvimento dos currículos nos cursos de graduação; a participação das universidades, por meio da extensão, em programas de enfrentamento do analfabetismo; e, ainda, a institucionalização das bolsas de extensão, requisito importante para o avanço dessa ação na vida acadêmica das instituições de ensino superior.

Portanto, a partir de elementos como esses, analisados ao longo deste artigo, é possível apreender como o Forproex tem desempenhado um importante papel na articulação e

interlocução para defesa e fortalecimento de ações da extensão, assim como tem ocupado um lugar de destaque no debate político e conceitual da extensão universitária no Brasil, tendo como horizonte o compromisso da universidade com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à solidariedade e à democracia.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009 . Dispõe sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional - BESP/DNIT aos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; altera as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e 11.507, de 20 de julho de 2007; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12155.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

_____. Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010. Regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7416.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

FORPROEX. I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. UNB ,Brasília, 04 e 05 de novembro de 1987. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

_____. II Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Estratégia de articulação com o ensino e a pesquisa Extensão, pesquisa e compromisso social Conceito de sala de aula Extensão, estágio e crédito curricular. Projetos e atividades de extensão.UFMG, Belo Horizonte: 23 e 24 de maio de 1988. Disponível em: <www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1988-II-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf> Acesso em: 25 jan. 2014.

_____. III Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **A relação universidade e sociedade: a questão da prestação de serviços**. Belém, 23 a 25 jul. 1989. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1989-III-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

_____. V Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.. **A institucionalização da extensão no contexto da autonomia universitária e sua gestão democrática**. UFMA,São Luís, 12 a 14 de Junho de 1991. Disponível em: <<http://>

www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1991-V-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2014.

_____. XXX Encontro Nacional do FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior. **Carta de Porto Alegre**. Porto Alegre, 7 e 8 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/2011-XXX-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 14 fev. 2014.

_____. XXXI Encontro Nacional do FORPROEX. **Carta de Manaus**. Manaus, Amazonas, entre os dias 02 e 04 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-06-28-31o-Encontro-Nacional-Manaus.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

_____. XXXII Encontro Nacional do FORPROEX - 25 Anos FORPROEX. **Carta de Brasília**. Brasília, entre os dias 04 e 06 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/2012-XXXII-Encontro-Nacional-Brasilia.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

_____. XXIX Encontro Nacional do FORPROEX. **Carta de Maceió**. Alagoas, 15 e 17 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/2011-XXIX-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS – FORPROEX. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular**: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS ; Brasília: MEX/SESu, 2006.

_____. **Regimento**. (Aprovado em 26 de novembro de 2010). Disponível em: <http://www.renex.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=34&Itemid=18> Acesso em: 5 mar. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada. Alfabetização e Diversidade. Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos. **Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado**: Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e de Alfabetizadores. Brasília, Abril de 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17457&Itemid=817>. Acesso em: 28 jan. 2014.

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC**. Edição Atualizada, 2000/2001.

PROJETO RONDON. Disponível em: <<http://projetorondon.pagina-oficial.com/portal/index/pagina/id/9752/area/C/module/default>>. Acesso em: 10 jan. 2014.